



Relato de Experiência

A demanda psicológica na educação básica: relato de experiência de uma visita técnica escolar

Caroline Castro Alencar¹; Isabella Generoso Viana da Costa¹; Natália Borges Santos¹; Rayssa Camylle Gonçalves Machado¹; Sofia Rodrigues Guedes¹; Maria Betânia de Andrade César^{1,*}.

¹ Centro Universitário Evangélico de Goianésia, Curso de Psicologia. Goianésia, Brasil.

* Autor(a) correspondente: profabetaniafaceg@gmail.com.

Resumo

A visita técnica à Escola Estadual Luiz Gonzaga Sobrinho, em Goianésia-GO, teve como objetivo observar e compreender, na prática, os desafios enfrentados pelas instituições públicas quanto à saúde mental no ambiente escolar. Trata-se de um relato de experiência de natureza qualitativa e exploratória. A escola apresenta estrutura física adequada, com salas climatizadas, biblioteca, quadra esportiva, área verde e sala de recursos multifuncionais para estudantes com deficiência. Observou-se, contudo, que a equipe enfrenta dificuldades no atendimento psicossocial: há muitos alunos com demandas emocionais e transtornos de aprendizagem e comportamentais, mas o suporte psicológico é limitado, pois a psicóloga da Coordenação Regional de Educação realiza apenas visitas mensais, insuficientes diante das necessidades diárias; a psicopedagoga atua diretamente, mas não consegue atender a todos com eficácia. A escola desenvolve ações como palestras sobre saúde mental, rodas de conversa e o “Cantinho do Acolhimento”, voltado à escuta ativa e à prevenção de crises. Os professores, no entanto, relatam sobrecarga ao assumir funções além de sua formação, sobretudo no atendimento a alunos com laudos clínicos, além de casos frequentes de bullying e baixa participação familiar. A experiência reforça a importância da presença constante do psicólogo escolar como elemento-chave na promoção da saúde mental, no fortalecimento de vínculos e na mediação de conflitos no contexto escolar.

Palavras-chave: Psicologia Educacional; Saúde Mental; Serviços de Saúde Escolar; Instituições Acadêmicas.

1. INTRODUÇÃO

As Psicologias Escolar e Educacional constituem campos da Psicologia dedicados à compreensão e à intervenção nos processos de ensino e aprendizagem, considerando os fatores psicológicos, sociais e institucionais que atravessam o ambiente escolar. Seu propósito central é promover o desenvolvimento integral dos estudantes, atuando de forma preventiva e colaborativa com educadores, famílias e gestão escolar. Essa atuação vai além do atendimento individualizado, buscando transformar as práticas pedagógicas e os contextos institucionais para melhor responder às necessidades dos alunos (Antunes, 2003; Meira & Antunes, 2003). Uma abordagem crítica é necessária para considerar as desigualdades sociais e evitar a medicalização e a culpabilização dos estudantes pelas dificuldades de aprendizagem (Meira & Antunes, 2003).

A demanda psicológica na educação básica tem crescido significativamente nas últimas décadas, refletindo a complexidade dos contextos escolares e as exigências emocionais e sociais impostas a estudantes e educadores. A escola, tradicionalmente centrada no desenvolvimento cognitivo, passou a ser desafiada a lidar também com o bem-estar psicológico dos alunos — ansiedade, depressão, dificuldades de aprendizagem e problemas de comportamento. O processo de ensino-aprendizagem é indissociável do desenvolvimento emocional e social da criança (Campos, 2014), o que evidencia a necessidade de uma atuação mais integrada entre educação e psicologia. A presença de psicólogos escolares ou educacionais é, assim, fundamental para o acompanhamento das demandas emocionais que emergem no cotidiano escolar.

Ainda de acordo com Campos (2014), a atuação do psicólogo na escola deve ir além do atendimento clínico individualizado, assumindo papel ativo na construção de práticas educativas mais inclusivas e sensíveis às necessidades dos alunos. A escola é um espaço de convivência múltipla, e os conflitos ali vivenciados muitas vezes refletem desigualdades sociais e familiares que impactam diretamente o rendimento escolar e a saúde mental de crianças e adolescentes. Compreender a demanda psicológica na educação básica implica, portanto, reconhecer os diversos fatores que afetam o processo educativo e articular intervenções que promovam tanto o desenvolvimento acadêmico quanto o emocional dos alunos, em uma perspectiva interdisciplinar entre psicologia e educação.

A partir dessas questões, o presente relato tem como objetivo compartilhar a experiência e as percepções de discentes de Psicologia sobre a prática do psicólogo escolar, a partir de uma visita técnica realizada em instituição de educação básica, com vistas a subsidiar a discussão sobre possíveis direções da atuação profissional nesse campo.

2. MATERIAL E MÉTODOS

Trata-se de um relato de experiência de natureza qualitativa e caráter exploratório, elaborado a partir de uma visita técnica realizada como atividade da disciplina de Psicologia Escolar e Educacional. A abordagem qualitativa busca compreender os fenômenos em seus contextos e significados, valorizando a interpretação das experiências vivenciadas (Minayo, 2014). O caráter exploratório justifica-se por possibilitar maior aproximação com o fenômeno investigado e favorecer a construção de conhecimentos sobre a realidade observada (Gil, 2008).

A experiência ocorreu na Escola Estadual Luiz Gonzaga Sobrinho, localizada no município de Goianésia, estado de Goiás, instituição pública que atende alunos do Ensino Fundamental II (6º ao 9º ano). A visita foi realizada em 14 de maio de 2025, no período vespertino, com duração aproximada de 60 minutos.

Participaram da experiência a direção escolar e demais funcionários da instituição, além das discentes de Psicologia e da docente orientadora responsável pela atividade.

A atividade caracterizou-se como visita técnica de caráter formativo e observacional, vinculada à disciplina de Psicologia Escolar e Educacional, sem aplicação de instrumentos padronizados de pesquisa e sem coleta de dados identificáveis dos estudantes da escola visitada. Os relatos da equipe escolar foram obtidos de forma espontânea, mediante entrevista semiestruturada, e são apresentados neste relato de forma anonimizada, preservando-se a identidade de todos os envolvidos. Tratando-se de atividade de ensino sem coleta sistemática de dados de pesquisa envolvendo seres humanos, não houve submissão a Comitê de Ética em Pesquisa.

3. RESULTADOS

No dia 14 de maio de 2025, por volta das 16h, foi realizada a visita técnica à Escola Estadual Luiz Gonzaga Sobrinho. A equipe foi recebida por uma professora que relatou um episódio recente envolvendo um estudante com Transtorno do Espectro Autista (TEA), que havia apresentado comportamento de autolesão e recusa alimentar. A própria professora questionou sobre a possibilidade de palestras futuras na escola, o que expôs a fragilidade do apoio psicológico existente na instituição.

Ainda no trajeto até a sala da direção, observou-se a gestora atuando como mediadora no acolhimento das necessidades emocionais do estudante mencionado, reforçando a importância das relações afetivas na construção de um ambiente escolar acolhedor.

Na entrevista com a gestora, evidenciou-se a sobrecarga da equipe docente, que lida com múltiplas demandas sem suporte técnico adequado, sobretudo diante da presença de estudantes com laudos clínicos que exigem atenção especializada. A escola conta com apoio de uma psicóloga da Coordenação Regional de Educação, cuja frequência é, em média, mensal, em razão da responsabilidade de atender cerca de 30 escolas — frequência considerada insuficiente diante da alta demanda existente.

Apesar da vigência da Lei nº 13.935/2019 (Brasil, 2019), que prevê a inserção de psicólogos e assistentes sociais nas escolas públicas de educação básica, sua implementação ainda é marcada por atrasos e descontinuidade, dificultada pela falta de recursos e pela priorização de medidas paliativas, como a terceirização de profissionais para atender múltiplas instituições.

Esses dados dialogaram com a roda de conversa ministrada pela psicóloga Laryssa Dias, supervisora da Coordenação Regional de Educação da região Norte do Estado de Goiás, ocorrida em sala de aula, que destacou o caráter institucional e preventivo da atuação do psicólogo escolar, voltado à promoção do bem-estar coletivo e não à realização de atendimentos clínicos individuais.

Quanto à estrutura física, a escola apresenta salas climatizadas, biblioteca equipada, sala de recursos multifuncionais, quadras, área verde e espaços adaptados; essa estrutura, contudo, não se mostrou suficiente para suprir as necessidades emocionais e sociais dos alunos, sobretudo diante da ausência da família e da incidência de bullying.

Foi relatada também a baixa participação da família na vida escolar do aluno. Ao final da visita, a equipe registrou o momento com fotografias ao lado da direção escolar.

Como principais achados, destacam-se: (a) estrutura física adequada, mas insuficiente diante das demandas emocionais e sociais dos alunos; (b) suporte psicológico limitado a visitas mensais de profissional da rede regional; (c) sobrecarga de professores e da psicopedagoga no atendimento a alunos com laudos clínicos; (d) existência de iniciativas de acolhimento, como o “Cantinho do Acolhimento” e rodas de conversa; e (e) incidência recorrente de bullying e baixa participação familiar.

4. DISCUSSÃO

A experiência permitiu identificar que a atuação do psicólogo escolar vem se transformando de uma perspectiva clínica e individualizante para uma abordagem crítica, contextualizada e preventiva (Meira & Antunes, 2003; Campos, 2014). Essa mudança de paradigma acompanha um movimento mais amplo da Psicologia Escolar brasileira, que desde a década de 1980 vem rompendo com a culpabilização de crianças, adolescentes e suas famílias pelas dificuldades escolares, e construindo novos instrumentos de compreensão da queixa escolar (Patto, 1990; Souza, 2009).

A perspectiva crítica da Psicologia Escolar (Souza, 2009) mostrou-se central para essa leitura, ao propor que a demanda escolar seja o ponto de partida de uma ação compartilhada com todos os setores do processo educativo, investigando quem demanda, o que é demandado e quais as implicações sociais, pedagógicas e institucionais envolvidas — uma vez que queixas individuais frequentemente encobrem problemas estruturais, como a precariedade da escola e desafios de comunicação entre os atores escolares. Essa leitura dialoga diretamente com a crítica à medicalização e à patologização das dificuldades de aprendizagem (Collares & Moysés, 1996), que também alertam para o risco de reduzir a questões biológicas ou individuais problemas cuja origem é, na verdade, social, pedagógica e institucional.

O papel da gestora como mediadora do acolhimento emocional do estudante, observado durante a visita, dialoga com a noção de que o desenvolvimento cognitivo ocorre inicialmente no plano social e, posteriormente, se internaliza no plano individual, de modo que o outro atua como mediador das funções psicológicas superiores (Vygotsky, 1996). Um conceito central de Vygotsky para compreender esse processo é a Zona de Desenvolvimento Proximal (ZPD), que representa a distância entre o que a criança consegue realizar sozinha e o que consegue realizar com o auxílio de alguém mais experiente — um conceito que ilumina a importância das mediações institucionais observadas na escola.

Nesse sentido, mais do que atender queixas pontuais, cabe ao psicólogo escolar articular ações que envolvam o trabalho participativo com todos os setores do processo educativo, o fortalecimento do trabalho docente e a análise coletiva dos discursos presentes na instituição escolar, buscando o enfrentamento dos desafios produzidos pela própria demanda escolar (Souza, 2009). A recorrência de casos de bullying observada reforça-se como fenômeno que alimenta preconceitos e o sofrimento psíquico dos alunos mais vulneráveis (Faria et al., 2022), enquanto a baixa participação familiar, por sua vez, compromete o fortalecimento do vínculo entre aluno, escola e profissionais de apoio, dificultando o encaminhamento a serviços especializados e a adesão ao acompanhamento psicológico (Polonia & Dessen, 2005). A escola só pode assumir plenamente seu papel social como espaço de formação integral quando conta com uma equipe multiprofissional presente e articulada (Santos et al., 2010).

Constituem limitações desta experiência a curta duração da visita técnica (cerca de 60 minutos), a realização em uma única instituição escolar, a ausência de instrumentos padronizados de coleta de dados e a impossibilidade de comparação sistemática com outras escolas da rede pública, o que restringe a generalização das observações relatadas.

Para a formação em Psicologia, a experiência aproximou teoria e prática no campo da Psicologia Escolar, reforçando a importância da escuta qualificada da demanda institucional e permitindo uma compreensão vivencial dos desafios que perpassam a atuação cotidiana do psicólogo na educação básica — uma articulação que dialoga com a perspectiva de Vygotsky (1996), para quem o conhecimento se constrói na relação entre sujeito e contexto histórico-social. Trata-se, portanto, de uma experiência formativa que ultrapassa a mera aplicação de conteúdos, constituindo-se como espaço de desenvolvimento da própria identidade profissional em Psicologia Escolar, alinhada a uma perspectiva crítica e não adaptacionista (Meira & Antunes, 2003; Souza, 2009).

Para a prática profissional, o relato reitera a necessidade de cumprimento integral da Lei nº 13.935/2019 (Brasil, 2019), cuja efetivação ainda enfrenta obstáculos relacionados à insuficiência de profissionais e à

descontinuidade do acompanhamento, como evidenciado pela presença mensal, e não permanente, do psicólogo na instituição observada. Essa lacuna reforça a importância do fortalecimento de equipes multiprofissionais nas escolas públicas, capazes de atuar de forma articulada e continuada, evitando que a atuação psicológica se restrinja a intervenções pontuais e descontextualizadas (Campos, 2014; Guzzo, 2016). O relato aponta ainda para a continuidade necessária das ações preventivas de saúde mental no ambiente escolar, tanto para os estudantes quanto para os profissionais da educação, considerando que a promoção da saúde mental e a prevenção de transtornos demandam ações sistemáticas e não apenas respostas emergenciais a crises já instaladas (Estanislau & Bressan, 2014) — perspectiva corroborada pela própria Organização Mundial da Saúde (2019), que reconhece o esgotamento profissional como fenômeno ocupacional relevante, reforçando a urgência de políticas de cuidado voltadas também aos educadores, e não apenas aos alunos.

5. CONCLUSÕES

A visita técnica à Escola Estadual Luiz Gonzaga Sobrinho, associada à roda de conversa com a psicóloga Laryssa Dias, evidenciou os desafios enfrentados no contexto da Psicologia Escolar, especialmente quanto à compreensão e ao manejo das demandas institucionais. A atuação do psicólogo escolar não deve se restringir à resolução imediata de queixas individuais, mas abranger análise crítica das solicitações, considerando os fatores sociais, pedagógicos e estruturais que as constituem.

Observou-se que, apesar dos esforços da equipe escolar em promover o acolhimento e o bem-estar dos estudantes, as condições objetivas de trabalho permanecem precárias: a sobrecarga dos profissionais, a carência de psicólogos em número suficiente e a resistência familiar em aceitar encaminhamentos comprometem a efetividade das ações voltadas à saúde mental e à inclusão educacional. Essa realidade reflete um descompasso entre o que preconizam as políticas públicas educacionais e as condições concretas de sua implementação.

Diante dessas condições de trabalho, destacam-se as seguintes recomendações: (1) cumprimento integral da Lei nº 13.935/2019, com a efetiva contratação de psicólogos e assistentes sociais em número suficiente para atender à demanda das escolas públicas, superando o modelo atual de visitas mensais e pontuais; (2) fortalecimento de equipes multiprofissionais, de modo que o psicólogo escolar não atue isoladamente, mas em articulação constante com professores, coordenação pedagógica e demais profissionais da educação; (3) investimento em ações preventivas e contínuas de saúde mental, tanto para os estudantes quanto para os professores, evitando que o trabalho do psicólogo se restrinja a respostas emergenciais a crises já instaladas; (4) estratégias de aproximação e diálogo com as famílias, buscando compreender as razões da resistência aos encaminhamentos, em vez de tratá-la apenas como falta de interesse ou colaboração; e (5) formação continuada dos profissionais da educação sobre os princípios da Psicologia Escolar crítica, de modo a evitar encaminhamentos automáticos e centrados exclusivamente no aluno.

A consolidação dessas mudanças depende, portanto, não apenas do compromisso individual dos profissionais já inseridos nas escolas, mas de decisões efetivas de política pública que garantam as condições estruturais necessárias para transformar a escola em espaço inclusivo, democrático e promotor de saúde mental.

REFERÊNCIAS

- Antunes, M. M. A. (2003). *Psicologia escolar: questões e propostas*. Alínea.
- Brasil. (2019). Lei nº 13.935, de 11 de dezembro de 2019. Dispõe sobre a prestação de serviços de Psicologia e de Serviço Social nas redes públicas de educação básica. *Diário Oficial da União*.
- Campos, R. (2014). *Psicólogo escolar: entre práticas e políticas*. Cortez.
- Collares, C. A. L., & Moysés, M. A. A. (1996). *Preconceitos no cotidiano escolar: ensino e medicalização*. Cortez.
- Estanislau, G. M., & Bressan, R. A. (Orgs.). (2014). *Saúde mental na escola: o que os educadores devem saber*. Artmed.
- Faria, M. A. de, Gomes, M. C. A., & Modena, C. M. (2022). Mar de bullying: turbilhão de violências contra lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais na escola. *Educação e Pesquisa*, 48, e241630.
- Gil, A. C. (2008). *Métodos e técnicas de pesquisa social* (6a ed.). Atlas.
- Guzzo, R. S. L. (2016). Risco e proteção: análise crítica de indicadores para uma intervenção preventiva na escola. In M. N. Viana & R. Francischini (Orgs.), *Psicologia escolar: que fazer é esse?* (pp. 9–26). Conselho Federal de Psicologia.
- Meira, M. E. M., & Antunes, M. M. A. (Orgs.). (2003). *Psicologia escolar: práticas críticas*. Casa do Psicólogo.
- Minayo, M. C. de S. (2014). *O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde* (5a ed.). Hucitec.
- Organização Mundial da Saúde. (2019). Burn-out an “occupational phenomenon”: International Classification of Diseases (11a ed.). OMS.
- Patto, M. H. S. (1990). A produção do fracasso escolar: histórias de submissão e rebeldia. T. A. Queiroz.
- Polonia, A. da C., & Dessen, M. A. (2005). Em busca de uma compreensão das relações entre família e escola. *Psicologia Escolar e Educacional*, 9(2), 303–312. <https://doi.org/10.1590/S1413-85572005000200012>
- Santos, W. A. dos, Santos, P. O., Santos, A. dos, & Araújo, H. M. de. (2010). A função social da escola. In *Anais do IV Colóquio Internacional Educação e Contemporaneidade*. EDUCON. <https://ri.ufs.br/bitstream/riufs/10352/246/246.pdf>
- Souza, M. P. R. (2009). Psicologia escolar e educacional em busca de novas perspectivas. *Psicologia Escolar e Educacional*, 13(1), 179–182.
- Vygotsky, L. S. (1996). *A formação social da mente*. Martins Fontes.

